



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO DE SÃO JOÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

Rua Antônio Batista, nº. 105, (antigo fórum), Centro, Cedro de São João/SE.
CNPJ nº 13.117.601/0001-20.

Requerente: Comissão Permanente de Licitação
Assunto: Dispensa de Licitação nº 34/2023 – PMCSJ.
Parecer Jurídico Nº 109/2023

PARECER JURÍDICO

A ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE, por meio deste signatário, fora provocada pela **Comissão Permanente de Licitação** para apresentar parecer jurídico acerca da possibilidade de formalização, através da **Dispensa de Licitação**, que tem como finalidade a **Prestação de serviços em recarga de toner para atendimento de Secretarias deste Município, conforme discriminado no Termo de Referência em anexo.**

Inicialmente convém ressaltar que esta análise prende-se aos aspectos eminentemente jurídicos, visto ser este o tema sobre o qual o subscritor detém competência para opinar.

Por força do disposto no art. 38, VI da Lei nº 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o procedimento licitatório, modalidade Dispensa de Licitação, instruído com os seguintes documentos:

1. Requisição da contratação;
2. Justificativa de Dispensa de licitação, contendo: i) caracterização da situação e do objeto do contrato; ii) razão de escolha; iii) fundamento legal e; iv) dotação orçamentária;
3. Orçamentos;
4. Documentos diversos.

A Comissão Permanente de Licitação esclarece que os preços a serem pagos pelo objeto da presente dispensa são da ordem total de **R\$ 17.224,00** (dezesete mil duzentos e vinte e quatro reais) para todo o período de contratação de até 12 (doze) meses.

É o relatório. Passo a opinar.

Cumpra-se nos asseverar que a Administração, em regra, tem o dever de licitar, *ex vi* do disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal c/c artigo 2º da Lei nº 8.666/93.

Em casos excepcionais, a Lei de Licitações prevê a possibilidade da não realização de processo licitatório, sendo os mesmos enumerados pelos artigos 24 e 25 (dispensa e inexigibilidade de licitação).

Saliento, porém, uma vez utilizada a Dispensa, todos os requisitos legais inerentes a ela devem ser observados, tais como: valor, solicitação do responsável para a abertura do procedimento licitatório, minuta contratual, justificativa, entre outros.

No caso em tela, abre-se a possibilidade de se utilizar a dispensa de licitação, por se adequar, conforme análise do município, às necessidades do município, conforme preconizado no **art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.**

Porém, deve-se prestar atenção aos documentos que são suscetíveis de análise desta procuradoria. Lembre-se que é de grande importância as assinaturas nos documentos oficiais, pois sem assinatura o documento perde sua validade, com exceção à minuta contratual, por se tratar tão somente de um "modelo". Assim, é válido lembrar que as solicitações para abertura de procedimento devem estar devidamente assinadas.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO DE SÃO JOÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

Rua Antônio Batista, n.º 105, (antigo fórum), Centro, Cedro de São João/SE
CNPJ nº 13.117.601/0001-20.


Por fim, é de bom alvitre salientar que a veracidade de todas as informações, bem como o conteúdo de toda documentação apresentada são de inteira responsabilidade dos administradores públicos.

Neste passo, convém chamar a atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação da verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei n.º 8.429/92, com a edição da Lei de responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei n.º 10.028/2000, que criou novos tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

Ante o exposto, dando cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a **ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE** entende ser possível a formalização do contrato em questão, após atendimento das recomendações acima, pela Comissão de Licitação, a qual deve observar durante todo o procedimento licitatório o disposto na Lei n. 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução n. 257/2010 do TCE.

E o nosso parecer, S.M.J.

Cedro de São João/SE, 29 de dezembro de 2023.


Maira Mari Lemos de Freitas
6721 - OAB
ASSESSORA JURÍDICA